

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

PARA UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS: O CONCEITO DE “AUTORIDADE EVANESCENTE” APLICADO AO CASO DOS PANTERAS NEGRAS

Luan Cardoso Ferreira

LCP/UFF

ferreira.luancardoso@gmail.com

Introdução

Propomos uma discussão sobre a importância de contribuições psicanalíticas para uma abordagem multidisciplinar da teoria partidária. Nesses termos, relemos temas classicamente tratados pela política (por exemplo: engajamento ideológico, autoridade, espontaneidade e consciência) com o auxílio de reflexões sobre processos de subjetivação, transferência e construção coletiva de saber/poder, sugerindo a possibilidade de resgate de reflexões psicanalíticas sobre a relação sujeito/Outro para se pensar na relação classe/partido¹.

Especificamente, trabalhamos com a hipótese de que a maneira como se discute na literatura a relação psicanalítica seja útil para aprofundar e desenvolver, a nível simbólico-subjetivo, reflexões sobre a relação político-partidária. Entendemos que tal possibilidade de aproximação seria possível em razão de ambos compartilharem certa homologia no estilo de circulação do saber: em ambos, portanto, reconhecemos a existência de um laço a certa “autoridade evanescente”² – uma autoridade aberta às

¹ Nesses termos, aproximamo-nos de um campo teórico multidisciplinar no qual se encontram (de diferentes maneiras) autores como Wilhelm Reich, Vladimir Safatle, Gisálio Cerqueira Filho, Alain Badiou, Slavoj Žižek, Jodi Dean, Judith Butler, Frantz Fanon, Louis Althusser, Herbert Marcuse, etc. Destes, destacamos Žižek (2013, 2011), Dean (2016), Badiou (2012) e Althusser (2018), que já propuseram reflexões específicas sobre o partido político com auxílio da teoria psicanalítica.

² Conceito que propusemos originalmente em Ferreira (2021).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

dinâmicas indeterminadas de forças sociais, que busca organizar e dirigir uma operação emancipatória³, tendo sua legitimidade baseada na própria construção coletiva do processo.

É desde esta referência que investigamos o caso do Partido Pantera Negra, organização que elaborou diferentes iniciativas para estabelecer diálogos e construir democraticamente um programa político amplo na sociedade estadunidense. Os Panteras foram escolhidos como caso em razão da criatividade de suas táticas (inspiradora quando pensamos no paradigma da política como arte) e da maneira como o grupo articulou político-organizativamente a questão racial (e, em menor medida, as questões de gênero e sexualidade) com a luta de classes. Então, metodologicamente, conjugamos uma pesquisa de cunho bibliográfico com uma reflexão teórica multidisciplinar e um estudo de caso, elaborando, no âmbito deste último, análises documentais com fontes primárias⁴.

Como objetivos gerais do trabalho, destacamos a importância de se disputar o lugar de autoridade na política partidária, enfatizando a necessidade de ocupa-lo subversivamente com fins emancipatórios ao invés de abandoná-lo ao livre domínio das classes hegemônicas. Em termos mais específicos, propomos a elaboração de certa abordagem multidisciplinar para uma teoria do partido revolucionário, centrada numa reflexão sobre o lugar do saber na psicanálise e na política.

Psicanálise e política: o partido como “autoridade evanescente”

Diferenciando-nos de autores que enfatizaram reflexões psicanalítico-políticas sobre a relação ao Outro pela ótica da dominação dogmática – por exemplo, Legendre

³ Entendemos por “emancipação” uma operação transformadora dupla, caracterizada por: 1) uma dissolução de determinações identitárias limitadoras dos sujeitos, desessencializando e reconhecendo o vazio fundamental a toda existência; e 2) uma instauração de novas condições simbólicas para os laços humanos, permitindo maior abertura aos movimentos da associação livre em oposição à exploração e à opressão. Nesta concepção, dialogamos (fundamentalmente, mas não só) com as reflexões de Safatle (2020), Žižek (2013) e Gramsci (2019) sobre revolução e negatividade.

⁴ Nossas fontes foram diversas edições do jornal oficial do partido (*The Black Panther*), que estão disponíveis quase integralmente em acervos online.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

(1983) sobre o “Direito”, Santner (2011) sobre o “Estado” hobbesiano, Cerqueira Filho (2003) e Kehl (2008) sobre o “Mercado” –, visamos destacar a necessidade de se ocupar subversivamente o lugar da autoridade Outra na política. Entendemos, então, a estrutura de trabalho psicanalítico enquanto paradigma para se pensar num tipo emancipatório de laço social (a “autoridade evanescente”) – argumento que nos coloca em concordância com as reflexões de Chebabi (1982), Zizek (2013), Dean (2016) e Safatle (2020) –, cujas atribuições nos permitem refletir sobre uma abordagem multidisciplinar à teoria do partido.

Começamos nossa reflexão sobre a estrutura partidária, então, com o argumento gramsciano segundo o qual o partido seria uma “nomenclatura de classe” (GRAMSCI, 2019, p. 320). Para o autor italiano, tal forma política é construída desde as dinâmicas concretas da realidade social e de seus diferentes grupos em conflito, existindo como expressão organizada institucionalmente de determinada parte social nas disputas políticas. No caso de um partido das classes subalternas, Gramsci entende que “o proletariado deve fornecer-lhe as características de sua própria organização” (2004, p. 25), de maneira que ele não exista separadamente deste, mas sim como “uma parte da classe” (*ibidem*, p. 28) – constituindo-se desde suas próprias determinações, demandas e desejos.

Entendemos que este modo de estruturação pode ser visto em analogia à posição do analista no tratamento. Isto pois uma de suas atribuições fundamentais é justamente a perspectiva de esvaziamento de si para servir como suporte corpóreo do objeto causa de desejo do sujeito – ou seja, para operar como um “espelho” (ZIZEK, 2013) e refletir as determinações constitutivas daquele com o qual se relaciona. Então, o partido, tal qual um analista da classe, serviria como lugar em direção ao qual esta última transfere elementos de sua própria história, com o objetivo de promover a reflexão ulterior (crítica e politicamente) sobre sua própria condição social de existência.

Nos termos zizekianos, a elaboração “é possível apenas se um núcleo externo dá corpo ao objeto-causa do desejo do sujeito” (ZIZEK, 2011, p. 148-149). Nesse sentido, tal como o analista-espelho, o partido assumiria a qualidade de ocupar a posição de um

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

“elemento externo” cuja “externalidade é estritamente interna” (*ibidem*, p. 149) – justamente por constituir-se reflexivamente, sustentando um lugar Outro esvaziado “de fora” em direção ao qual as bases populares adereçam suas próprias demandas e, portanto, fazem do partido sua própria “parte” (GRAMSCI, 2004, p. 28).

Apontamos para um tema fundamental da ponte possível entre partido e psicanálise: o enlaçamento transferencial⁵ à alteridade, com esta última ocupando uma posição de escuta e, assim, instaurando a “dimensão do diálogo” (LACAN, 2014, p. 88). Nesse sentido, a cientista política Jodi Dean (2016) reconhece como fundamental a transferência na relação partidária: para a autora, tal laço significa a elevação do partido à posição de “sujeito suposto saber” (*ibidem*). Num primeiro momento, esta transferência implica no povo crer que o partido seja dotado de um saber superior sobre si próprio, reconhecendo-o num registro de autoridade. Ele, então, mobiliza uma gama de significantes políticos para servirem como referência aos seres, que passam a encará-los como proposições importantes para a estruturação de si. Assim, a significância proposta pela alteridade partidária seria elevada a um status privilegiado, como elemento politicamente estruturador, pois o partido passa a ser visto como instância dotada de um saber supostamente capaz de responder efetivamente às demandas sociais, operando num registro de verdade⁶.

No entanto, o outro momento deste enlaçamento transferencial consiste justamente na responsabilidade dirigir e organizar o processo de produção de conhecimento, que é coletivo. Esta operação, portanto, depende da convocação do próprio povo a falar numa posição de saber. Assim, um partido de fins emancipatórios trabalha partindo das iniciativas populares, opondo-se a perspectivas paternalistas e dominadoras – nos termos de Gramsci: é uma “questão vital” para a coletividade

⁵ “Transferência” é um conceito freudiano classicamente usado para caracterizar a relação simbólico-afetiva estabelecida pelo sujeito com o analista no tratamento. Para os fins deste trabalho, limitamo-nos a entendê-lo como o laço no qual se repete o sintoma na expectativa de que o Outro proporcione uma resposta pré-concebida e satisfatória ao sofrimento – ou seja, uma relação de “suposição de saber” (LACAN, 1967-1968).

⁶ Para maiores reflexões sobre operações de subjetivação na política, ver Badiou (2012) e o último capítulo de Žižek (2013).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

partidária cultivar a “participação dos indivíduos”, construindo-se desde um “consenso ativo e direto” (2019, p. 338).

Longe de acreditar ser onisciente, então, o partido adota uma atitude de “dessuposição de saber” (SAFATLE, 2020), o que significa posicionar-se num lugar em que as lideranças não se pretendem detentoras de conhecimentos superiores, mas escutam ativamente o que as classes oprimidas e exploradas têm a dizer – e que podem dizê-lo mesmo pela via do engano ou silêncio, como nos lembra Althusser (2018). Do contrário, existe a possibilidade de se tentar impor um programa pré-concebido de ação coletiva, de sentido burocratizado.

Desde estes termos, entendemos que o partido adota uma posição que, de um lado, sustenta um esvaziamento de si e, de outro lado, convoca as próprias classes subalternas a falarem num lugar de saber – tal qual o analista, que convoca o analisando a ocupar tal posição (LACAN, 1967-1968) e, assim, institui uma abertura à “dimensão do diálogo” (LACAN, 2014, p. 88). Em Gramsci (2019), tal registro é particularmente notável nas discussões sobre a conexão entre dirigentes e dirigidos: ele insiste na importância da formação de uma “homogeneidade entre dirigentes e dirigidos” (*ibidem*, p. 333), com isto não representando ausência de cisão interna, mas um enlace coletivo entre os sujeitos que permite a formação de uma relativa união. Repetindo Lênin (1979), Gramsci (2019) chamou tal estrutura de “centralismo democrático”⁷.

Assim, o ponto a que chegamos nesse momento é justamente o reconhecimento de que nem as lideranças partidárias e nem as classes subalternas existiriam na qualidade de sujeitos capazes de elaborar autonomamente e espontaneamente perspectivas de conhecimentos e ações políticas emancipatórias – em razão de ambos abarcarem em si mesmos registros de alienação⁸. Para usar outros termos, falamos da constatação de que “não existe em lugar algum (...) sujeito suposto saber” (LACAN,

⁷ Um centralismo “em movimento”, “uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é “orgânico” porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica (GRAMSCI, 2019, p. 91).

⁸ Alienação estrutural que Althusser (2018), por exemplo, associa aos efeitos da ideologia.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

1967-1968, p. 57); o que, no campo político, significa reconhecer tanto o partido quanto a classe como “agentes descentrados”, sujeitos não-idênticos a si mesmos, e nunca como “agentes de auto-mediação” (ZIZEK, 2011, p. 149). Concordamos, então, com a tese zizekiana segundo a qual “não há um Sujeito que saiba, nem os intelectuais nem o povo comum” (2013, p. 643). Desde o ponto de vista subjetivo, portanto, as relações políticas compartilhariam de desafios tradicionalmente apontados pela psicanálise: o perigo da pretensão de onisciência – ou seja, tomar “a consciência de si como conhecimento” (ALTHUSSER, 2018, p. 36) – e a questão de lidar com o inconsciente (o campo de alienação constitutiva do sujeito).

Partindo deste argumento, é justamente o caráter cindido dos sujeitos que viabilizaria e tornaria necessária a relação à alteridade: sem um Outro a quem se adereçar, não se poderia constituir uma perspectiva de elaboração sobre si. Aqui a perspectiva freudiana clássica é direta no reconhecimento desta necessidade, tanto ao conceber o inconsciente como constitutivo do sujeito quanto ao entender que este último “não se prepara para nenhum outro mecanismo de cura” além do enlaçamento à alteridade (FREUD, 1987, p. 214). Analogamente, na política, esta dinâmica pode ser reconhecida tal como sugeriu Zizek: “intelectuais ‘externos’ são necessários porque a classe operária não pode perceber imediatamente seu próprio lugar dentro da totalidade social – essa percepção tem de ser mediada por um elemento externo” (2011, p. 148), e “a necessidade do partido surge do fato de que a classe operária nunca é ‘completamente ela mesma’” (*ibidem*, p. 149).

Neste ponto, tocamos mais diretamente no debate sobre a espontaneidade na política – campo no qual a contribuição de Lênin (1979) é fundamental. Entendemos, portanto, que quando o autor falou da necessidade de algo “de fora” (*ibidem*, p. 101) da economia para se buscar alguma “conscientização”, ele apontou um processo fundamental: o ir além do imediatismo por meio do ato disruptivo de enquadrar-se desde outra perspectiva, pela tomada de outro olhar sobre a própria realidade social. O

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

partido, por sua vez, ocuparia este lugar “de fora”, na qualidade de suporte para politização – tal qual um Outro mediador para a autorreflexão elaborativa dos sujeitos⁹.

Novamente, aqui, a reflexão zizekiana é sintética e enriquecedora para nossa proposta de abordar multidisciplinarmente uma teoria do partido. Frente ao debate sobre saber e externalidade, o autor sugere que “exatamente como na fórmula de Lacan do discurso do analista, o que é importante no conhecimento do partido não é seu conteúdo”, não é a imposição de “um determinado conhecimento positivo”, mas sim a “forma” de sua produção: a forma de “um novo tipo de conhecimento conectado a um sujeito político coletivo”¹⁰ (ZIZEK, 2011, p. 149). É precisamente neste ponto que reside o fundamento da “autoridade do partido” (*ibidem*) revolucionário – que, portanto, segue uma lógica da evanescência das pretensões de saber autônomo, em favor da força de construções coletivas, de sujeitos que constituem e são constituídos na busca de respostas coletivas aos “que fazeres” indeterminados da história.

O Partido Pantera Negra: um caso de coletivização do saber na política

O caso do Partido Pantera Negra foi escolhido para uma interpretação desde uma reflexão sobre a importância da coletivização do saber na política. Nesse sentido, discutiremos sinteticamente alguns elementos constitutivos de sua história em seu período de auge (1966-1970), enfatizando a importância adquirida por seus programas comunitários para a organização. As fontes para as narrativas elaboradas neste tópico consistiram, fundamentalmente, em jornais oficiais do partido (*The Black Panther*), biografias de militantes e as pesquisas de Samyn (2018) e Bloom e Martin Jr. (2016).

⁹ Longe de aderir a qualquer elitismo com sua tese sobre o papel da externalidade, Lênin apenas sugere que o reconhecimento crítico das próprias condições de existência depende da mediação política – de algo “do exterior, isto é, de fora da luta econômica, de fora das relações entre operários e patrões” (1979, p. 135, grifo do autor).

¹⁰ Dean, em termos similares, sintetiza o debate ao sugerir que “o ‘nós’ político do partido rompe com essa consciência imediata para afirmar uma consciência coletiva em seu lugar” (2016, p. 122), sustentando uma “mudança de perspectiva, uma posição política coletiva sobre uma situação que pareceu limitada e determinada pelo capitalismo” (*ibidem*, p. 123).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

Desde tais termos, consideramos que a experiência política dos Panteras representou um grande marco na história dos Estados Unidos e do movimento negro em geral – motivo pelo qual ela já foi um objeto de estudo constante, desde diferentes perspectivas, na historiografia estadunidense. Tal grupo (em seu auge) foi uma das organizações mais influentes na luta contra a exploração e a opressão em seu país, tendo existido como um dos partidos de impacto nacional que foram pioneiros na sustentação de um programa antirracista revolucionário¹¹ (BLOOM e MARTIN JR, 2016). Como refletiram os dois líderes fundadores do grupo em suas autobiografias – Huey P. Newton (NEWTON e BLAKE, 2009) e Bobby Seale (1991) –, a formação inicial dos Panteras, de um lado, partiu da compreensão de que táticas pacifistas e não-violentas haviam se esgotado – com o assassinato de Martin Luther King Jr. representando um marco nesse sentido, somando-se à insegurança experienciada cotidianamente pelos guetos urbanos –, e, por outro lado, foi expressão do desejo de busca por uma coletividade política capaz de organizar e dirigir a luta popular num sentido emancipatório – o que, neste contexto (segundo os autores), significava fazer oposição revolucionária à naturalização de desigualdades econômicas e raciais na sociedade.

Situando-se num campo de tradições políticas críticas – como o socialismo, o nacionalismo negro, o antifascismo, o anticolonialismo e os movimentos antiguerra (BLOOM e MARTIN JR, 2016) –, os Panteras questionavam pilares hegemônicos da formação estadunidense, rejeitando o domínio exercido contra (principalmente) os pobres e o povo negro em razão de uma estrutura social mais igualitária e livre. Então, buscando um papel relevante na construção desta luta, o partido propôs diferentes mobilizações táticas em seus diferentes momentos de existência para tentar atender demandas sociais pulsantes e construir um trabalho coletivo de politização.

A primeira iniciativa política que os Panteras cultivaram foi marcante para seu período constitutivo: o patrulhamento armado a policiais nos guetos de Oakland, na

¹¹ Antecedido pelo Partido Comunista dos Estados Unidos – com a diferença de que os Panteras entendiam o povo negro como protagonista na luta revolucionária (BLOOM e MARTIN JR, 2016). Outras organizações do movimento negro também tiveram relevante impacto nacional – como UNIA, SCLC, NOI, NAACP e SNCC –, mas nenhuma delas pretendia ser um partido com um programa de ação para disputar hegemonia social.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

Califórnia. O grupo nasceu, em 1966, com esta proposta bastante específica, assumindo como objetivo organizar as comunidades para se autodefenderem contra abordagens arbitrárias e também para desenvolverem uma percepção crítica sobre sua própria realidade social marginalizada. Como sugere Huey P. Newton (NEWTON e BLAKE, 2009), esta ação buscava não apenas garantir segurança, mas também apresentar uma possibilidade concreta de resistência às injustiças da violência policial, conquistando atenção popular na medida em que o partido tocava em questões de seu cotidiano – como repressão, segurança pública, direito à cidade e direito à vida¹².

Apesar do aumento de popularidade do grupo e do número de adeptos desta prática, mantê-la se tornou um obstáculo após a casa legislativa estadual ter aumentado o controle sobre armas com a aprovação da Lei Mulford em 1967 – que proibia os Panteras de andarem publicamente com armas carregadas. O partido, então, passa por um período de reformulação tática, adotando uma nova posição política: neste momento, elaborara-se uma visão de si enquanto organização política capaz de sustentar e desenvolver dinâmicas mais amplas de luta social nos Estados Unidos. A partir desta mudança, por exemplo, entendia-se que a grande onda de insurgências espontâneas crescentes no país – o “Grande e Longo Verão” de 1967 – deveria ser organizada sob uma liderança comum que associasse e potencializasse sua força. Então, após tal restrição legal, o partido buscou construir-se como vanguarda da luta revolucionária estadunidense, expandindo sedes e promovendo mais diálogos populares (via comícios, reuniões de bairros, telefonemas e contato direto, por exemplo). Neste contexto de expansão nacional, alguns acontecimentos foram particularmente marcantes para o grupo – como o assassinato de Martin Luther King Jr. e a prisão do líder Huey P. Newton (seguido da campanha por sua libertação), ambos em 1968.

¹² A estética dos Panteras Negras que também começa a se formar nestas ações ajudou a marcar a imagem que se vem à cabeça quando se pensa no grupo hoje: utilizando roupas pretas, cabelos *black power* e carregando armas, os militantes construíam politicamente um “imaginário revolucionário” (FERREIRA e NUNES JR. 2020; FERREIRA, 2021), projetando um ideal de altivez e coragem para a população negra e sustentando uma identidade com a qual os moradores dos guetos, desamparados, poderiam se identificar e se associar.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

Se, de um lado, este crescimento representou uma construção partidária em bases mais amplas e sólidas no país, de outro, ele tornou os Panteras um alvo mais constante de repressão – tanto pela polícia em geral quanto pelo Programa de Contraineligência do FBI (COINTELPRO), como já documentado pela importante pesquisa de Churchill e Wall (1990). Então, em 1969, com a eleição de Richard Nixon e de sua plataforma “Lei e Ordem”, a perseguição política aos Panteras vai chegando em seu auge, gerando, de um lado, uma onda maior de solidariedade e popularização do partido¹³, e, de outro lado, trazendo novos desafios para as iniciativas do grupo.

A criatividade política do grupo, então, fora testada na prática, já que a conjuntura trouxe ainda mais desafios à existência organizacional do grupo. E é neste contexto que iniciativas célebres foram criadas, como a Coalizão Arco-Íris – aliança multirracial entre negros, latinos e brancos pobres, iniciada em Chicago entre os Panteras, os *Young Lords* e os *Young Patriots* – e os Comitês Nacionais de Combate ao Fascismo – principal encaminhamento da Conferência por uma Frente Unida Contra o Fascismo convocado pelos Panteras em 1969 na cidade de Oakland, tendo por objetivo construir coletivamente táticas políticas de combate ao que fora entendido como “fascismo” nos Estados Unidos com múltiplos grupos sociais subalternizados.

No entanto, destacaremos uma iniciativa que se tornou mais célebre e impactante neste período: a criação de programas comunitários. Diferenciando-se de um mero assistencialismo, a proposta dos Panteras era de construção coletiva e de atenção a múltiplas demandas concretas: militância e comunidade participavam ativamente na formulação de perguntas e respostas às necessidades sociais (como comida, roupa, educação, saúde, emprego, etc.), numa relação dialógica acompanhada por reflexões politizadoras sobre as próprias condições de vida. Tal iniciativa, portanto, consistia na instituição de programas para auto-assistência social, focados na solução de demandas

¹³ O apoio extrapolava os guetos urbanos estadunidenses e os grupos do movimento negro, chegando às universidades e à *New Left* em geral, aos movimentos por direitos de mulheres e homossexuais, ao movimento antiguerra e até mesmo a Hollywood (por meio de artistas como Marlon Brando, Jean Seberg, Elizabeth Taylor, Barbra Streisand, Jane Fonda, etc.). Além disso, neste período os Panteras também começaram a estabelecer contatos diplomáticos (que se mostrariam de longo prazo) com os governos socialistas de China, Cuba, Argélia e Coréia (Norte), por exemplo. Para mais informações, ver Ferreira (2021), Samyn (2018) e Bloom e Martin Jr. (2016).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

concretas e imediatas das camadas populares e na criação de laços partidários – tendo como norte os princípios de “solidariedade” e “camaradagem” (HILLIARD, 2008).

O Programa Café da Manhã Gratuito é considerado o mais influente destes, tendo chegado a existir em dezenas de cidades do país simultaneamente. Ele, no entanto, não foi o único: foram construídos, por exemplo, programas de doação de roupas e alimentos, clínicas e ambulâncias populares, instituições educacionais, redes de contato para garantia de empregos, etc. Como sugeriu Bobby Seale (1991) em sua autobiografia, a ideia desta tática não era ser um fim em si, apenas atendendo às necessidades imediatas, mas partir destas últimas para articular demandas políticas em longo prazo, cultivando novos hábitos e reflexões críticas ao mesmo tempo em que se promovia um desejo de mudança estrutural – motivo que o levou a caracterizar tal tática como “revolucionária”, e não “reformista” (*ibidem*).

Conclusões

Entendemos que, no caso analisado, os Panteras não buscaram impor burocraticamente nenhum saber como absoluto, mas se propuseram a apresentar um espaço transferencial de abertura política por meio do qual sujeitos explorados e oprimidos podiam dialogar e se conectar para construir uma nova perspectiva de suas próprias condições de existência. Reconhecemos que desde sua formação (1966) até seu ápice de impacto e popularidade (1970) ¹⁴, o partido era guiado por uma preocupação em subjetivar emancipatoriamente as classes subalternas, promovendo elaborações coletivas para dar corpo político ao desejo de luta contra a exploração e a opressão.

Pensamos em suas iniciativas políticas como segmentos fundamentais de uma tentativa concreta e autodeterminada que partiu do povo negro estadunidense para politizar demandas sociais múltiplas, por meio (principalmente) do oferecimento de espaços de fala e escuta ativa, dentro dos quais alguma perspectiva de saber pudesse ser

¹⁴ Para informações sobre os problemas organizacionais vividos pelo partido após 1971, ver Ferreira (2021), Samyn (2018), Bloom e Martin Jr. (2016), etc.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

construída coletivamente, num sentido emancipatório. Partindo das necessidades e características reais das classes subalternizadas dos Estados Unidos, portanto, o Partido Pantera Negra floresce e cresce como organização engajada em oferecer um espaço externo disruptivo diante do imediatismo resignante da existência social.

Buscando operar dinâmicas de mediação política, portanto, os Panteras se empenharam criativamente em apresentar uma nova autoridade política para aquela conjuntura, cuja legitimidade funda-se no respeito aos movimentos das bases sociais. Então, longe de um autoritarismo burocrático, no período investigado, o partido propôs sustentar atitudes de diálogo, esvaziando pretensões de onisciência e cultivando politicamente a capacidade de elaboração coletiva de homens e mulheres negras, latinas, brancas, heterossexuais, homossexuais e pobres.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. Le "Que" de "Que faire?" In: _____. *Que faire?* Paris: Presses Universitaires de France/Humensis, 2018. p. 15-50.

BADIOU, Alain. A ideia do comunismo. In: _____. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 129-148.

BLOOM, Joshua; MARTIN JR, Waldo. *Black Against Empire: The History and Politics of the Black Panther Party*. 2. ed. Califórnia: University of California Press, 2016.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Édipo e Excesso: reflexões sobre Lei e política*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

CHEBABI, Wilson. Psicanálise e Revolução. In: CERQUEIRA FILHO, G. *Crise na psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 101-135.

CHURCHILL, Ward; WALL, Jim Vander. *The COINTELPRO Papers: Documents from the FBI's Secret Wars Against Domestic Dissent*. Boston: South End Press, 1990.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

DEAN, Jodi. *Crowds and Party*. Londres: Verso, 2016.

FERREIRA, Luan Cardoso. *O que pode o partido aprender com a psicanálise?: Autoridade evanescente, emancipação e o caso dos Panteras Negras*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 215 p., 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3iwpH1b>>.

FERREIRA, Luan Cardoso; NUNES JR, Edson Mendes. A disputa do Imaginário e a esquerda: pela reconstrução de um imaginário revolucionário. *Marx e o Marxismo*, v. 8, p. 227-249, 2020.

FREUD, Sigmund. *Observações sobre o amor transferencial*. Rio de Janeiro: Imago (ESB, v. 12), 1987.

GRAMSCI, Antonio. A situação italiana e as tarefas do PCI: Teses de Lyon. *Revista de Ciências Sociais*, v. 35, n. 2, p. 10-33, 2004.

_____. *Cadernos do cárcere volume 3*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

HILLIARD, David. *The Black Panther Party: service to the people programs*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2008

KEHL, Maria Rita. Publicidade, perversões, fobias. *Ide: psicanálise e cultura*, v. 31, n. 46, p. 27- 32, 2008.

LACAN, Jacques. *O seminário livro 15: o ato psicanalítico*. Não publicado comercialmente. 1967- 1968.

_____. Intervenção sobre a transferência. In: _____. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 87-99.

LEGENDRE, Pierre. *O Amor do Censor: ensaio sobre a ordem dogmática*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

LÊNIN, Vladimir. Que fazer? In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, v. 1, 1979. p. 79-214.

NEWTON, Huey. Percy.; BLAKE, J. Herman. *Revolutionary Suicide*. Londres: Penguin Books, 2009.

SAFATLE, Vladimir. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAMYN, Henrique. Marques. *Por uma revolução antirracista: uma antologia de textos dos Panteras Negras (1968-1971)*. Rio de Janeiro: edição do autor, 2018.

SANTNER, Eric. *The Royal Remains: The People's Two Bodies and the Endgames of Sovereignty*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

SEALE, Bobby. *Seize the Time: The Story of The Black Panther Party and Huey P. Newton*. Baltimore: Black Classic Press, 1991.

ZIZEK, Slavoj. Posfácio: A escolha de Lenin. In: _____. *Às portas da revolução: escritos de Lênin de 1917*. 1ª ed. eletrônica. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 133-244.

_____. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. São Paulo: Boitempo, 2013.